



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESPECIALIZAÇÃO À DISTÂNCIA DE GESTÃO EM SAÚDE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Shanda de Freitas Couto

**Experiências na implementação do Programa Nacional de Alimentação
Escolar em São Lourenço do Sul/ RS.**

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.

Shanda de Freitas Couto

**Experiências na implementação do Programa Nacional de Alimentação
Escolar em São Lourenço do Sul/ RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do
Certificado de Especialização em Gestão em
Saúde.

Orientador: Prof. Mariana Baldi

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.

Couto, Shanda de Freitas

Experiências na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Lourenço do Sul./ Shanda de Freitas Couto; Orientador Mariana Baldi - Porto Alegre: UFRGS:, 2012.32 p.

1. Alimentação Escolar . 2. Agricultura Familiar. 3. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CDU

Shanda de Freitas Couto

**Experiências na implementação do Programa Nacional de Alimentação
Escolar em São Lourenço do Sul/ RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Especialização em Gestão em Saúde.

Orientadora: Mariana Baldi

Conceito final: _____

Aprovado em: 27 de junho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Diogo Joel Demarco - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Fernando Dias Lopes - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.

Dedicatória

Primeiramente a Deus pelas conquistas que tem proporcionado na vida pessoal e profissionalmente. Aos meus pais e irmãos, pela dedicação, apoio, pessoas pelas quais tenho um imenso amor e gratidão.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos os coordenadores, professores e tutores deste curso, pois foram muito importantes durante minha trajetória. Em especial aos tutores presenciais do Pólo da UAB São Lourenço do Sul/ RS, Sérgio e Nóris Beatriz, por todo apoio, compreensão e empenho durante todo o curso. Agradeço ao Prof^a. Mariana Baldi pela dedicação e orientação. E um agradecimento especial a Tutora Fabiane Costa e Silva pelo apoio, dedicação e compreensão nos momentos precisos. Gostaria de agradecer a todos os amigos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em especial à secretária Carla Lubke, e aos amigos do Setor de Alimentação Escolar, em especial a Ane Cabaldi, por todo carinho, apoio, dedicação, e amizade durante esses anos de convívio na Alimentação Escolar de São Lourenço do Sul. E em especial a minha família, e a Deus por todos os momentos que proporcionou em minha vida. E finalmente, agradeço a todos que me ajudaram de alguma forma para a conclusão deste curso.

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigo programa social na área de alimentação e nutrição, dentro das políticas públicas promoção de segurança alimentar e nutricional. Sendo considerado um dos maiores do mundo na área da alimentação escolar, atendendo estudantes de toda a rede pública do país. Em 2009, através da Lei nº 11.947, no mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o PNAE sejam obrigatoriamente investidos na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar. Além disso, o PNAE deve oferecer uma alimentação escolar saudável e adequada de acordo com a faixa etária, e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, além da participação da sociedade no controle social. Dessa forma o presente estudo pretende avaliar a implementação do PNAE em São Lourenço do Sul, no que diz respeito à eficiência e efetividade, sendo a eficiência avaliada pela qualidade da alimentação escolar versus custo de aquisição e a efetividade, pela aquisição dos gêneros da agricultura familiar como meta do programa. A metodologia escolhida para este trabalho foi o estudo de caso, sendo que este método se adapta ao objeto de pesquisa e aos objetivos da pesquisa. Foram utilizados, simultaneamente, outros métodos de coleta de dados, correspondendo às características dos agentes e atores envolvidos na implementação da política em estudo e seu público alvo. Dessa forma, foram utilizadas análises documentais e de materiais técnicos, junto aos órgãos gestores e de controle social da rede municipal, e ainda realizada entrevista com a Secretária Municipal de Educação e a presidente do Conselho de Alimentação Escolar, além de ser utilizada a análise da nutricionista, responsável técnica, do PNAE em São Lourenço do Sul. O período de coleta de dados ocorreu de fevereiro a março de 2012, sendo realizados levantamento e análise referente à execução do PNAE no ano de 2011. Foi observado que a gestão do PNAE em São Lourenço do Sul preza pela qualidade dos gêneros alimentícios adquiridos, devido à presença diária de frutas, verduras e legumes nas refeições dos escolares. Ainda, observa-se todo um controle de qualidade dos produtos desde a sua descrição para compra até sua distribuição aos comensais. Em relação às compras da agricultura familiar, o município estudado destaca-se pelo seu empreendedorismo, com início das compras da AF no ano de 2006, e atingindo em 2011 um percentual de 40,3 % de compras com recursos do FNDE, destinados à alimentação escolar, e 24,3 % dos recursos próprios, para a mesma compra. Dessa forma, destaca-se que a análise da experiência na implementação do PNAE, torna-se muito importante, pois possibilita uma avaliação de suas ações e assim traçar melhorias na sua execução.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2. OBJETIVOS..... | 10 |
| 3. JUSTIFICATIVA | 10 |
| 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 11 |
| 5. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA..... | 18 |
| 6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS..... | 19 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 28 |
| 8. REFERÊNCIAS..... | 29 |

1. Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de alimentação e nutrição, fazendo parte de um dos eixos das políticas públicas específicas de promoção de segurança alimentar e nutricional (CHAVES et al., 2007). O Programa é considerado um dos maiores do mundo na área da alimentação escolar, atendendo estudantes que frequentam instituições de ensino infantil e fundamental, públicas e filantrópicas, em todo o país (PEIXINHO; BALABAN, 2007).

Em 2010, o programa atendeu, durante 200 dias letivos, a 45,6 milhões de crianças e adolescentes por dia, correspondendo a 24% da população brasileira e a um investimento de R\$3.1 milhões por ano (FNDE, 2010a). O PNAE tem como principais objetivos suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos escolares, contribuir para a redução dos índices de evasão, formação de hábitos alimentares saudáveis, além de estimular o desenvolvimento da economia local (FNDE, 2010a).

Através da Lei nº 11.947, de junho de 2009, novos avanços foram conquistados, tais como a extensão para toda a rede pública de educação básica (incluindo o ensino médio) e de jovens e adultos, e o estímulo ao desenvolvimento sustentável com a garantia de que 30% dos repasses financeiros sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2010b). Além disso, o PNAE deve oferecer uma alimentação escolar saudável e adequada de acordo com a faixa etária, e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, além da participação da sociedade no controle social (FNDE, 2010b).

Porém, mesmo ocupando um lugar de destaque entre as políticas públicas de alimentação e nutrição, esse Programa tem sido pouco avaliado. E considerando que a avaliação constante dos programas, possibilitaria uma reorientação, reformulação e maior eficiências de suas ações, faz-se necessárias condutas de avaliação das ações do PNAE de forma a otimizar os recursos utilizados e maior satisfação dos escolares.

Dessa forma, o presente estudo pretende descrever as experiências na implementação das ações do PNAE em São Lourenço do Sul, de forma a possibilitar uma análise das ações neste município. A avaliação da experiência se dará em termos de eficiência e efetividade do programa, sendo que a eficiência será operacionalizada em termos de qualidade da alimentação e custo de aquisição e a efetividade será operacionalizada em termos de extensão de atendimento do programa e volume de alimentos provenientes da agricultura familiar.

2. Objetivos

2.1 Objetivo geral:

Avaliar a implementação do PNAE no município de São Lourenço do Sul, no que diz respeito à eficiência e efetividade, sendo a eficiência avaliada pela qualidade da alimentação escolar versus custo de aquisição e a efetividade, pela aquisição dos gêneros da agricultura familiar como meta do programa.

2.2 Objetivos específicos:

- Caracterizar a implementação do programa no município de São Lourenço do Sul;
- Avaliação da qualidade da alimentação escolar e seu custo de aquisição
- Avaliação a participação dos gêneros da agricultura familiar na aquisição dos alimentos para o programa em São Lourenço do Sul;

3. Justificativa

O PNAE é um programa social do Governo Federal importantíssimo na área de alimentação e nutrição, estando entre as ações de um dos eixos das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Tem como objetivo o fornecimento de uma alimentação de qualidade, saudável, de acordo com as necessidades dos escolares da rede básica de ensino público, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem dos escolares, formação de hábitos alimentares saudáveis, promoção do desenvolvimento local, através da aquisição de gêneros da agricultura familiar. O PNAE possui diretrizes e ações, porém existem poucos estudos que avaliem a execução das ações do PNAE, considerando a qualidade da alimentação oferecida e da aquisição dos gêneros da agricultura familiar. Dessa forma se torna necessária a investigação das ações do PNAE, e pretende-se avaliar essa execução no município de São Lourenço do Sul, devido a seu empreendedorismo em relação

às compras da agricultura familiar, além do grande incentivo dado a alimentação escolar, sendo logisticamente mais viável de ser realizado o estudo.

4. Fundamentação teórica

O tema de pesquisa trata-se do Programa Nacional de Alimentação Escolar ainda é pouco explorado, porém nos últimos dois anos tem sido destaque devido as suas novas orientações através da sanção da Lei 11.947, de 2009. Sendo um tema atual, e de grande interesse no âmbito das políticas públicas de alimentação e nutrição, podendo contribuir para uma maior eficiência nas ações deste programa. Em relação à revisão de literatura, conta-se com documentos do FNDE, alguns artigos e pesquisas do Centro de Colaboração de Alimentação do Escolar – CECANE. Dessa forma, para a estruturação da revisão foram utilizados tais documentos e pesquisas, além de dados sobre hábitos e padrões de alimentação nessa fase escolar, entre outros dados inseridos neste contexto.

4.1 - Panorama epidemiológico e nutricional do Brasil

A carga de doenças crônicas é um determinante chave da Saúde Pública mundial (WHO, FAO *et al.*, 2003). Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) essas doenças, em 2001, foram responsáveis por 60% do total de 56,5 milhões de mortes no mundo, e aproximadamente 46% da carga global de doenças (OMS, 2002; WHO, FAO *et al.*, 2003). Cerca da metade do total de mortes por doenças crônicas são atribuíveis às doenças cardiovasculares; no entanto, obesidade e diabetes estão mostrando tendências preocupantes, não somente porque já afetam uma grande parte da população, mas porque tem começado a aparecer em idades cada vez mais precoces da vida (WHO, FAO *et al.*, 2003).

No Brasil, as DCNT foram responsáveis pela maior parcela dos óbitos, e desde a década de 60, as doenças cardiovasculares lideram as causas de óbito no país. Atualmente, elas são a causa básica de morte de cerca de dois terços do total de óbitos com causas conhecidas no país (BRASIL e MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004)

Nas últimas duas ou três gerações, a vida da população brasileira se transformou em vários aspectos. O país tornou-se rapidamente uma sociedade predominantemente urbana, os padrões de trabalho e lazer, alimentação e nutrição, e saúde e doença, aproximam-se, agora, a

dos países desenvolvidos. (ROUQUAYROL e FILHO, 2003; BATISTA FILHO e RISSIN, 2003).

Essas transformações tiveram influência direta no seu padrão de morbidade e de mortalidade, relacionadas principalmente, com as seguintes condições: a redução da mortalidade precoce, especialmente aquelas ligadas às doenças infecciosas e parasitárias; o aumento da expectativa de vida ao nascer, com o conseqüente incremento da população idosa e das causas de adoecimento e morte mais prevalentes nesse grupo etário; e o processo acelerado de urbanização e de mudanças socioculturais que respondem, em grande parte, pelo aumento dos acidentes e das violências, bem como por determinadas mudanças no perfil epidemiológico de algumas doenças transmissíveis. Essas modificações caracterizam os chamados processos de transição demográfica e epidemiológica, enfrentados pelo país nas últimas décadas (ROUQUAYROL e FILHO, 2003; POPKIN, 2006).

No Brasil, os padrões alimentares variam entre as diferentes regiões brasileiras, dependendo das condições socioeconômicas e culturais da população, de produção de alimentos e do clima. Tem sido observado, nas últimas três décadas, o processo de transição nutricional, onde uma alimentação habitual, que consistia basicamente em cereais, leguminosas e tubérculos, combinados com pequenas quantidades de alimentos de origem animal, sofreu modificações caracterizadas pela diminuição da participação na dieta desses alimentos básicos e pelo aumento do consumo de carnes e leite e derivados, e de alimentos industrializados, ricos em gordura, açúcar e sal (MONDINI e MONTEIRO, 1994; MONTEIRO, MONDINI *et al.*, 2000; LEVY-COSTA, SICHIERI *et al.*, 2005; BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE *et al.*, 2007).

Os hábitos alimentares evoluíram com o passar do tempo, devido a influências de muitos fatores e interações complexas. Os preços dos alimentos, as diferenças individuais e as crenças, as tradições culturais, assim como fatores geográficos, ambientais, sociais e econômicos, refletem uma complexa interação relacionada às características de consumo de alimentos (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE *et al.*, 2005).

No Brasil existem poucos estudos populacionais (NEUTZLING, ARAUJO *et al.*, 2007; GOMES, A., 2003) que avaliem os hábitos alimentares. Entretanto, em um estudo recente, foi analisada a disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil, indicando um consumo elevado de açúcar e consumo insuficiente de frutas e hortaliças na dieta, além de um excesso na ingestão de gorduras nas regiões mais desenvolvidas economicamente, evidenciando a ocorrência do processo de transição nutricional no país (MONTEIRO, MONDINI *et al.*, 2000; LEVY-COSTA, SICHIERI *et al.*, 2005).

4.2 - A importância de uma alimentação saudável

Segundo estimativas da OMS, o consumo insuficiente de frutas e hortaliças, (consumo per capita diário inferior a 400g ou 5 porções diárias), é responsável por 2,7 milhões de mortes, 31% das doenças isquêmicas do coração, 11% das doenças cérebro vasculares e 19% dos cânceres gastrointestinais ocorridas em todo o mundo (OMS, 2002). Outros dados mostram ainda que as dislipidemias, causadas majoritariamente pelo consumo excessivo de gorduras saturadas de origem animal determinam anualmente 4,4 milhões de mortes, sendo responsáveis por 18% das doenças cérebro-vasculares e 56% das doenças isquêmicas do coração (OMS, 2002).

De acordo com os princípios de uma alimentação saudável, do Guia Alimentar Brasileiro, todos os grupos de alimentos devem compor a dieta diária. A alimentação saudável deve fornecer água, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas, fibras e minerais, os quais são insubstituíveis e indispensáveis ao bom funcionamento do organismo. A diversidade dietética que fundamenta o conceito de alimentação saudável pressupõe que nenhum alimento específico, ou grupo deles isoladamente, é suficiente para fornecer todos os nutrientes necessários a uma boa nutrição e conseqüente manutenção da saúde (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE *et al.*, 2005).

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, uma alimentação adequada e saudável é aquela planejada com alimentos de todos os tipos, de procedência conhecida, preferencialmente naturais, preparados de forma a preservar o valor nutritivo e os aspectos sensoriais dos mesmos. Os alimentos selecionados devem ser do hábito alimentar da família e adequados em quantidade e qualidade para suprir as necessidades nutricionais (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE *et al.*, 2005).

4.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar – Breve Histórico

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como merenda escolar, é o maior programa de alimentação do Brasil, sendo também considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado (CONSEA, 2012; FNDE, 2012).

O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a fim de suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos escolares (FNDE, 2012).

A origem do programa se deu na década de 40, quando o então Instituto de Nutrição enfatizava a necessidade do governo federal oferecer alimentação ao escolar, porém devido a indisponibilidade de recursos financeiros Entretanto tal proposta foi adiada. Então somente na década de 50, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, o qual abordava a questão alimentar de forma mais abrangente. Sendo então, pela primeira vez, estruturado um programa de merenda escolar em âmbito nacional com execução sob responsabilidade pública. Desse, apenas o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, com auxílio do financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atualmente Unicef, através da distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil. (FNDE, 2012).

Então em março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. E através da edição do decreto Decreto nº 39.007, de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. E em 1965 foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacava-se: Alimentos para a Paz, financiado pela Usaid; o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU. (FNDE, 2012; BELIK, 2009).

Embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, a partir de 1976, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), e somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. (FNDE, 2012; BELIK, 2009).

Então em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, estabeleceu-se o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (FNDE, 2012; STURION, 2002).

A execução do programa, até 1993, ocorreu de forma centralizada, onde o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros, realizava o controle de qualidade e a distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Porém em 1994, ocorreu um grande avanço, através da descentralização do PNAE, com a promulgação da Lei nº 8.913, mediante celebração de convênios com os municípios e estados para o repasse dos recursos financeiros (BRASIL, 1994; STEFANINI, 1998). A consolidação da descentralização, já sob o gerenciamento do FNDE, se deu com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, em que, estabelecia o repasse direto a todos os municípios e secretarias de Educação, e a transferência automática, sem a necessidade de celebração de convênios, permitindo maior agilidade ao processo (BELIK, 2009).

A administração da alimentação escolar de forma descentralizada permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar de acordo com os hábitos de cada região. As compras descentralizadas abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola local nesse mercado institucional (FNDE, 2012; BELIK, 2009).

A partir disso, o repasse torna-se condicionado à criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em cada estado e município do País, com a função de fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à Alimentação escolar, além de acompanhar a elaboração dos cardápios, sob responsabilidade dos estados e municípios (SPINELLI, 2002). Através da criação dos CAE torna-se possível aos membros da comunidade escolar uma maior proximidade em relação à gestão do PNAE (FNDE, 2012; BELIK, 2009).

Então em 1997, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) foi substituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desde então responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE, 2012).

Já em 2001, através da Medida Provisória nº 2.178, foram obtidos grandes avanços no PNAE, destacando-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local (BELIK, 2009).

Atualmente, o PNAE é considerado o maior programa de suplementação alimentar do Brasil, e que se revela em termos de número de beneficiários e municípios atendidos (FNDE, 2012).

Em termos de evolução de cobertura, em 1955 era atendido um total de 137 municípios, e 85 mil crianças no ano de criação. E passados 50 anos, em 2005, o programa

atendia em torno de 37 milhões de escolares da educação infantil e fundamental da rede pública.

E em 2009, através da Lei 11.947 novos avanços surgiram, como a extensão do programa para a toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos (EJA). Passando a incluir o ensino médio e EJA, configurando-se como um dos maiores programas de atendimento universal na área da educação no cenário mundial. Além disso, outro avanço ocorre através da garantia de que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos obrigatoriamente na aquisição de produtos da agricultura familiar.

4.5 Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

A promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, representou uma grande conquista para a agricultura familiar brasileira, com a determinação de que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser obrigatoriamente utilizados na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, com a dispensa de licitação. Assim, as escolas das redes públicas de educação básica passaram a usar produtos da agricultura familiar nas refeições oferecidas aos seus alunos (FNDE, 2012).

As compras da agricultura familiar, inicialmente basearam-se na experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse programa faz parte das ações do Fome Zero e permite a compra de alimentos, a distribuição entre a rede socioassistencial e a formação de estoques públicos da agricultura familiar em todo o país. Diante dessa experiência, a rede de fornecedores do PAA torna-se preparada e apta para atender à demanda da alimentação escolar, uma vez que tem capacidade de fornecimento e boa articulação com os mercados convencional e institucional (FNDE, 2012; MDA, 2012).

No processo de conexão entre agricultura familiar e alimentação escolar, são considerados alguns princípios e diretrizes estabelecidos pelo PNAE, tais como: uma alimentação saudável e adequada, universalidade do atendimento e direito a alimentação escolar, participação da sociedade no controle social, inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvimento sustentável, que significa adquirir gêneros alimentícios diversificados e produzidos localmente (FNDE, 2012).

Assim, a compra da agricultura familiar passa a ser protegida por lei, e através dela a alimentação escolar passou a contar com produtos diversificados e saudáveis. Além disso, espera-se que essa iniciativa possa ser bastante ampliada, através da utilização dos valores orçamentários da contrapartida, das Entidades Executoras do PNAE, na aquisição de produtos dos agricultores e dos empreendedores familiares rurais, aumentando com isso o valor investido na produção agrícola familiar e estimulando a economia local (FNDE, 2012; MDA, 2012).

Em 2011, o orçamento disponibilizado para o fornecimento da alimentação escolar para os aproximadamente 44 milhões de escolares diariamente foi de aproximadamente 3 bilhões de reais. Sendo assim, o mercado reservado exclusivamente para a agricultura familiar alcançou o considerável volume de aproximadamente 1 bilhão de reais, no mínimo (FNDE, 2012; MDA, 2012).

Assim, por meio da lei nº 11.947/2009, com as compras da agricultura familiar, são observadas inúmeras vantagens, tais como a contribuição para o crescimento e maior organização da agricultura familiar, e qualificação de suas ações comerciais; e para a Alimentação Escolar, o resultado desse avanço é mais qualidade da alimentação, manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e maior desenvolvimento local de forma sustentável (FNDE, 2010).

Porém, apesar de representar inquestionável conquista, existem muitos desafios na relação entre PNAE e agricultura familiar, pois o programa possui complexidade própria, com uma série de especificidades, e a multiplicidade de atores e arranjos institucionais em que é executado. Assim, um diálogo e maior compreensão de tais especificidades são condições para o sucesso da inserção da agricultura familiar no PNAE (MDA, 2012).

4. 6 Eficiência e Efetividade

O conceito de eficiência, especialmente eficiência operacional, na maioria das vezes, está associado à análise dos custos e prazos esperados (em relação ao realizado) na implantação de uma política, um programa, projeto ou uma atividade. Existe uma zona de consenso bem estabelecida quanto ao conceito. Assim, relaciona atividades com seus produtos iniciais, intermediários e finais (metas e objetivos) (RUA, 2009).

Eficiência é a medida da relação entre os resultados alcançados e os recursos gastos, fornecendo a base para o uso ótimo dos recursos e envolvendo a relação entre custo e efetividade de uma intervenção (RUA, 2009).

A eficiência compreende-se como economicidade a capacidade de fazer, gastando pouco, é executar uma atividade ao menor custo possível, ou seja, gastar menos. É a capacidade de fazer as coisas direito. É apresentar um desempenho satisfatório sem desperdícios, ou seja, gastar bem (OLIVEIRA, 2008).

Já a efetividade relaciona produtos com seus efeitos na realidade que se quer transformar, ou seja, nas conseqüências. Refere-se à análise da contribuição de um evento para o cumprimento dos objetivos almejados ou do projeto ou da organização, avaliando os outros efeitos de espectro mais amplo. Discriminando os produtos alcançados no âmbito do programa, em termos de uma efetiva mudança nas condições prévias (efeitos e impactos nas populações atingidas pelo programa sob avaliação) (RUA, 2009).

E ainda a Efetividade, por fim, é considerada como grau em que se atingiu o resultado esperado, não tendo cunho econômico, mas de avaliação qualitativa dos serviços públicos. O conceito de efetividade produz a noção de que a missão primordial do governo é prestar serviços de qualidade, ou seja, é a preocupação com a qualidade incorporada (OLIVEIRA, 2008).

5. Procedimentos de Pesquisa

A metodologia escolhida para este trabalho foi o estudo de caso, sendo que este método se adapta ao objeto de pesquisa e aos objetivos da pesquisa. Tal método tem como característica a de não requerer uma interpretação completa e acurada, posto que o propósito seja estabelecer uma estrutura de discussão e debate e não apenas uma representação para julgamento.

Entretanto, foram utilizados, simultaneamente, outros métodos de coleta de dados, correspondendo às características dos agentes e atores envolvidos na implementação da política em estudo e seu público alvo. Dessa forma, foram utilizadas análises documentais e de materiais técnicos, junto aos órgãos gestores e de controle social da rede municipal.

Realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com a análise direta a documentos técnicos do Setor de Alimentação Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de São Lourenço do Sul. Sendo analisados os seguintes documentos: ata de

licitações e chamada pública da Agricultura Familiar, requisições e empenhos de compras de gêneros alimentícios, relatório anual de gestão referente ao ano de execução de 2011, relatório e planilhas de produtos adquiridos para a Alimentação Escolar, relatório anual de gêneros alimentícios adquiridos da Agricultura Familiar.

Após análise documental, foi realizada entrevista com a Secretária Municipal de Educação e com a presidente do Conselho de Alimentação Escolar, além de ser utilizada a análise da nutricionista, responsável técnica, do Programa Nacional de Alimentação Escolar de São Lourenço do Sul. O período de coleta de dados ocorreu de fevereiro a março de 2012, sendo realizados levantamento e análise referente à execução do PNAE no ano de 2011.

Assim, o presente estudo utilizou para avaliar as experiências do PNAE no município de São Lourenço do Sul, avaliação da eficiência e efetividade do programa, sendo a eficiência operacionalizada em termos de qualidade da alimentação e custo de aquisição e a efetividade em termos de extensão de atendimento do programa e volume de alimentos provenientes da agricultura familiar.

6. Apresentação e Análise dos Dados

O município de São Lourenço do Sul localiza-se no extremo sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, na região turística da Costa Doce, microrregião Centro Sul do Estado. Situado à margem oeste da lagoa do Patos – maior laguna das Américas – a 200 Km da capital Porto Alegre. Possui uma área de 2.036 Km² e conta com as águas do Rio Camaquã e da Lagoa dos Patos (CORRÊA, 2011).

Segundo dados do último censo do IBGE (2010), o município de São Lourenço do Sul possui quarenta e três mil cento e quatorze habitantes, onde metade da população vive na área urbana e a outra metade na área rural, sendo essa última dividida em sete distritos (CORRÊA, 2011).

A principal atividade econômica de São Lourenço é a agropecuária, com destaque para suínos, bovinos, laticínios, milho, feijão, soja, arroz, batata, cebola, fumo, aspargo, pimenta, alho e amendoim. Das terras de São Lourenço, 95% pertencem a pequenos e médios produtores. Também são importantes a indústria do couro e o turismo, que conta com uma importante quantidade de hotéis, pousadas e restaurantes.

Na agricultura familiar destaca-se com sua ampla produção, sendo segundo a Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL) o primeiro colocado na produção de fumo, leite, batata, feijão, milho e soja, entre os municípios da Região Sul do estado.

Referente à produção agrícola, principalmente da agricultura familiar, a gestão pública municipal, considera de suma importância a agregação de valor aos produtos, sendo o PNAE um contribuinte no estímulo ao surgimento de novas indústrias e agricultores familiares (CORRÊA, 2011).

De acordo com a pesquisa realizada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD), a rede municipal de ensino de São Lourenço do Sul é pioneira na região pela aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar, passando a ser referência para outros municípios do estado.

O PNAE em São Lourenço do Sul atendeu no ano de 2011 em torno de 4200 escolares, com refeições diárias preparadas diretamente com cada escola. A rede municipal de ensino apresentava, no mesmo ano, um número de 9 escolas de educação infantil, 11 escolas de ensino fundamental pólo, e 34 escolas de ensino fundamental multisseriadas.

A forma de gestão utilizada no município é a centralizada, sendo os gêneros adquiridos e distribuídos pela Entidade Executora do PNAE, que nesse caso é a prefeitura municipal de São Lourenço do Sul.

Os recursos financeiros repassados pelo FNDE são usados para compra exclusivamente de gêneros alimentícios, esses valores transferidos são aplicados no mercado financeiro e utilizados para a compra dos mesmos gêneros. As compras dos gêneros alimentícios são realizadas através de licitação na modalidade de registro de preços, num período anual, e através da chamada pública, baseada na Lei 11.947/2009, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

O valor de referência do cálculo do recurso a ser repassado à Entidade executora, mensalmente, por aluno é de R\$ 0,30 por dia para o pré-escolar, ensino fundamental, ensino médio e o EJA. Já para alunos de creche, escolas indígenas e quilombolas têm per capita de R\$ 0,60. Já os alunos que estudam no regime integral por meio do Programa Mais Educação têm cálculo diferenciado, porque além dos R\$ 0,30 são acrescidos mais R\$ 0,60, totalizando um per capita de R\$ 0,90 (FNDE, 2010).

Eficiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Lourenço do Sul/ RS: avaliação da qualidade da alimentação escolar

O cardápio da Alimentação escolar do município de São Lourenço do Sul é planejado por nutricionista, que verifica a adequação às diferentes faixas etárias dos escolares, assim como necessidades específicas (no caso de escolares com alguma patologia). No planejamento do cardápio é observado o hábito alimentar da região assim como a vocação agrícola. A oferta de frutas/legumes/ verduras é uma preocupação constante, sendo oferecida uma variedade grande de frutas no cardápio, sendo elas: abacaxi, banana, laranja, maçã, mamão, manga, durante todo o ano, e nos meses específicos, de acordo com a safra é utilizada melancia e morango. Além de vários tipos de verduras e legumes semanalmente. E produtos de origem animal, tais como peito de frango, carne moída, fígado de rês, salsicha de frango, e ovos. Sendo observada sempre a questão da safra, qualidade do produto e sua aceitabilidade pelos comensais.

Na tabela 1 estão apresentados os gêneros alimentícios e suas quantidades recebidas mensalmente pelo Setor de Alimentação Escolar, e posteriormente, distribuído à rede de ensino municipal.

Dessa forma, é oferecido em torno de 300 a 400 gramas de frutas por semana, e cerca de 100 a 200 gramas entre legumes e verduras diariamente, sempre observando a safra de cada produto e sua disponibilidade. Assim, frutas, verduras e legumes estão presentes diariamente nos cardápios.

Os produtos passam por um controle de qualidade no momento a abertura do edital de licitação e da chamada pública, pois são entregues amostras por cada fornecedor. Além disso, os produtos são analisados pelo Núcleo de Controle de Qualidade da Merenda Escolar, que atesta sua qualidade através da análise das amostras antes da compra. No momento de recebimento dos gêneros no almoxarifado da Alimentação escolar são analisados: qualidade, peso, validade, embalagem e quantidade de cada produto, armazenamento, condições de entrega e transporte dos fornecedores, e qualidade geral dos gêneros perecíveis e não-perecíveis. As escolas realizam o controle dos prazos de validade dos alimentos evitando que os mesmos passem desta data, utilizando o critério do “PVPS (primeiro que vence é o primeiro que sai)”. E, além disso, há todo um controle higiênico sanitário e de boas práticas de produção das refeições realizada pelas merendeiras, que são constantemente treinadas em relação a esse assunto.

Para a verificação do cumprimento do cardápio e controle de gêneros entregues às escolas são preenchidos formulários específicos, conferidos pela nutricionista. São entregues guias de distribuição de gêneros alimentícios, existindo uma guia específica para cada modalidade de ensino.

São realizadas visitas periódicas nas escolas a fim de verificar o bom andamento da Alimentação Escolar, as boas práticas de manipulação de alimentos, adequado armazenamento de gêneros alimentícios, controle de produtos em relação à validade, cumprimento do cardápio e as dificuldades de adesão ao cardápio, e demais atividades e cuidados necessários para uma alimentação de qualidade. Além disso, são realizadas palestras e reuniões com os pais, com a nutricionista, sempre que necessário a fim de abordar as principais dúvidas em relação à alimentação escolar e as necessidades dos escolares.

E em relação à adesão dos escolares verifica-se que quase a totalidade dos alunos consome a merenda fornecida pela escola, sendo essa adesão avaliada através do acompanhamento da realização dos cardápios pelo nutricionista e pelo Conselho de Alimentação Escolar, além da realização do teste de Resto/ Ingestão e Teste de Aceitabilidade. Em 2011, foi realizada teste de aceitabilidade em algumas escolas, sob orientação da nutricionista, avaliando a aceitação da preparação realizada no dia da visita a escola, foram realizados em 2 escolas de educação infantil e 2 escolas de ensino fundamental. Foi aplicada a escala hedônica facial mista, na qual a criança, respondeu a uma ficha que indica em uma escala o grau que gostou ou desgostou do cardápio servido na escola. Para o cálculo do índice de aceitabilidade, foi considerada a somatória das porcentagens de respostas gostei e adorei, sendo verificado um percentual de adesão médio em torno de 93%.

Tabela1. Quantidades mensais e semanais dos gêneros alimentícios utilizados na Alimentação Escolar de São Lourenço do Sul. Rio Grande do Sul, Brasil, 2011.

| GÊNEROS ALIMENTÍCIOS | UNIDADE | TOTAL MENSAL | TOTAL SEMANAL |
|-----------------------------|----------------|---------------------|----------------------|
| Abacaxi Manga | KG | 420 | 105 |
| Banana | KG | 1.280 | 320 |
| Laranja | KG | 1.280 | 320 |
| Maçã | KG | 1.000 | 250 |
| Mamão | KG | 420 | 105 |
| Morango | KG | 684 | 171 |
| Melancia | KG | 720 | 180 |
| Maracujá | KG | 140 | 35 |
| Alho | KG | 50 | 13 |
| Aipim | KG | 480 | 120 |
| Abóbora | KG | 480 | 120 |
| Batata | KG | 664 | 166 |
| Batata doce | KG | 372 | 93 |
| Beterraba | KG | 452 | 113 |
| Cebola | KG | 712 | 178 |
| Cenoura | KG | 452 | 113 |
| Chuchu | KG | 412 | 103 |
| Tomate | KG | 768 | 192 |
| Alface | UNID | 380 | 95 |
| Brócolis | KG | 176 | 44 |
| Couve Flor | KG | 176 | 44 |
| Couve Mant | MOL | 352 | 88 |
| Espinafre | MOL | 352 | 88 |
| Pimentão | KG | 52 | 13 |
| Repolho | KG | 324 | 81 |
| Tempero Verde | MOL | 292 | 73 |
| Fígado | KG | 100 | 25 |
| Peito | KG | 628 | 157 |
| Coxa | KG | 628 | 157 |
| Guisado | KG | 920 | 230 |
| Salsicha | KG | 420 | 105 |
| Ovos | DZ | 380 | 95 |
| Bebida Láctea | LT | 1.160 | 290 |

Fonte: Elaborada pela autora de acordo com dados de planilhas de aquisição de gêneros e empenhos de compras do Setor de Alimentação Escolar, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, 2012.

Efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Lourenço do Sul: avaliação da aquisição dos gêneros da agricultura familiar

No município de São Lourenço do Sul, a compra da agricultura familiar já vinha sendo realizada antes mesmo da exigência da nova legislação, sendo realizado todo um trabalho de mobilização para a inclusão dos alimentos produzidos pelos agricultores locais na merenda escolar.

Como ações para incentivo da Agricultura Familiar foram realizadas algumas atividades, como palestras e atividades com merendeiras, escolares e comunidade escolar, enfatizando a qualidade e a importância das compras da agricultura familiar para o desenvolvimento local.

Foram realizadas reuniões para desenvolver a intersetorialidade da Lei 11.947/2009, contando com a Secretaria da Fazenda, Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, EMATER, CAPEC (Centro Agropecuário), CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), Cooperativas, e pequenos agricultores, promovendo discussões de como articular e colocar em prática a nova lei da Alimentação Escolar.

No ano de 2011 o valor total dos repasses destinados à Alimentação Escolar de São Lourenço pelo FNDE, foi de R\$ 332.580,00, distribuídos em 9 meses. Destes um valor de R\$ 134.030,50 foram utilizados para a aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, totalizando em torno de 40,3% dos repasses do FNDE.

A contrapartida da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul para a Alimentação Escolar foi de R\$ 302.254,02 durante todo o ano de 2011, sendo destes utilizados um valor de R\$ 73.330,40 na compra de produtos da agricultura familiar, representando um percentual de 24,3% dos recursos próprios, sendo que o restante dos recursos, tanto do FNDE como da contrapartida, são utilizados para as compras de gêneros alimentícios que não é encontrada produção disponível pela agricultura familiar por falta de agricultores ou agroindústrias familiares para tais gêneros.

De acordo com a Lei 11.947, no processo de aquisição dos gêneros para a alimentação escolar, as Entidades Executoras que recebem valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano do FNDE, deverão comprar diretamente dos Grupos Formais, sendo este o caso do município de São Lourenço do Sul. Assim, durante o processo de chamada pública, observa-se que os fornecedores da agricultura familiar, em São Lourenço do Sul, estão organizados em grupos formais, sendo em cooperativas, ou como pequenos grupos formais,

ou como agroindústria da agricultura familiar. O cumprimento dessa exigência da lei é facilitado pela característica do município em relação ao cooperativismo, existindo cooperativas organizadas e atuantes no mercado, que contam com um grande número de famílias de pequenos agricultores familiares. Dessa forma, o presente estudo trata como agricultura familiar todo e qualquer gênero adquirido, dentro da chamada pública, de cooperativas da agricultura familiar, grupos de pequenos agricultores, e agroindústrias familiares, que apresentem a documentação exigida pela lei, tal como a Declaração de Aptidão ao Pronaf, o que os caracteriza como agricultura familiar, por se tratar de uma realidade encontrada no município em estudo.

Nas tabelas 1 e 2 são apresentados os gêneros alimentícios adquiridos da agricultura familiar para a alimentação escolar, com quantidades, valores unitários, fornecedor, e valor total empregado, adquiridos com recursos da contrapartida do município e recursos destinados pelo FNDE, respectivamente, no ano de 2011. Entre os fornecedores estão 5 cooperativas, sendo elas a Cooperativa Mista de Pequenos Produtores da Região Sul (COOPAR); a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA, Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios LTDA (COSULATI), Cooperativa das atividades agroindustriais e artesanais COOPERTURUÇU, Cooperativa CAFSUL, e uma agricultora familiar, a sr^a. Iolanda Geri Ritter. Sendo adquiridos os mais variados produtos, desde hortifrutigranjeiros, tais como: frutas, verduras e legumes; produtos de origem animal, como: coxa e sobre-coxa, peito e ovos; até produtos agroindustrializados, tais como: o leite, arroz, feijão, doce de leite, e sucos de frutas.

Verifica-se que a implantação do PNAE em São Lourenço do Sul, no que diz respeito às compras da agricultura familiar obteve êxito na sua experiência, pois foi atingido um percentual bem acima dos 30% exigidos por lei. Além disso, há um grande diálogo entre os gestores, entidade executora (prefeitura municipal), secretarias (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Secretaria de Desenvolvimento Rural), Setor de Alimentação Escolar (nutricionista, coordenador do setor, estoquistas e motorista), EMATER, CAPA, Cooperativas e agricultores. Sendo realizadas reuniões para avaliação e discussão de possíveis problemas.

Tabela 2. Gêneros alimentícios adquiridos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar de São Lourenço do Sul/ RS com recursos próprios da Entidade Executora. São Lourenço do Sul. Rio Grande do Sul, Brasil, 2011.

| PRODUTO | UNIDADE | FORNECEDOR | R\$ UNIT | QUANTIDADE | R\$ TOTAL |
|-----------------------|----------------|-------------------|-----------------|-------------------|------------------|
| Biscoito Amanteigado | PCT 400g | Iolanda Geri | 3,80 | 592 | 2.249,60 |
| Biscoito Aveia | PCT 400g | Iolanda Geri | 3,80 | 592 | 2.249,60 |
| Biscoito de Chocolate | PCT 400g | Iolanda Geri | 3,80 | 592 | 2.249,60 |
| Biscoito de Milho | PCT 400g | Iolanda Geri | 3,80 | 592 | 2.249,60 |
| Leite em pó integral | PCT 1Kg | COOPAR | 12,00 | 3700 | 44.400,00 |
| Morango | KG | Cooper Turuçu | 4,90 | 1500 | 7.350,00 |
| Polpa de pêssego | BAG 10LT | CAFSUL | 34,00 | 48 | 1.632,00 |
| Suco concentrado | LT | Sul Ecológica | 7,30 | 1500 | 10.950,00 |
| | | | | TOTAL | 73.330,40 |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do relatório anual de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Setor de Alimentação Escolar, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, 2012.

Tabela 3. Gêneros alimentícios adquiridos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar de São Lourenço do Sul/ RS com os recursos do FNDE. São Lourenço do Sul. Rio Grande do Sul, Brasil, 2011.

| PRODUTO | UNIDADE | FORNECEDOR | R\$ UNIT | QUANTIDADE | R\$ TOTAL |
|----------------------|-----------|---------------|----------|---------------|-------------------|
| Abóbora | KG | COOPAR | 0,97 | 1650 | 1.600,50 |
| Aipim | KG | Sul Ecológica | 0,90 | 825 | 742,50 |
| Alface | KG | Sul Ecológica | 1,00 | 1000 | 1.000,00 |
| Arroz branco tipo 1 | KG | COOPAR | 1,40 | 6500 | 9.100,00 |
| Batata Inglesa | KG | COOPAR | 1,20 | 2600 | 3.120,00 |
| Batata Doce | KG | COOPAR | 0,80 | 1300 | 1.040,00 |
| Bebida Láctea | KG | COOPAR | 1,25 | 6500 | 8.125,00 |
| Bergamota | KG | Sul Ecológica | 1,20 | 2000 | 2.400,00 |
| Beterraba | MOLHO | Sul Ecológica | 1,70 | 2800 | 4.760,00 |
| Brócolis | KG | Sul Ecológica | 3,00 | 500 | 1.500,00 |
| Cebola | KG | Sul Ecológica | 1,45 | 1150 | 1.667,50 |
| Cenoura | KG | Sul Ecológica | 1,70 | 2800 | 4.760,00 |
| Chuchu | KG | Sul Ecológica | 1,50 | 500 | 750,00 |
| Couve Flor | KG | Sul Ecológica | 4,00 | 500 | 2.000,00 |
| Couve Manteiga | MOLHO | Sul Ecológica | 0,85 | 2800 | 2.380,00 |
| Coxa e sobrecoxa | KG | Cosulati | 4,35 | 2200 | 9.570,00 |
| Doce de frutas | POTE 400g | Sul Ecológica | 5,30 | 1650 | 8.745,00 |
| Doce de leite | POTE 400g | COOPAR | 2,60 | 2300 | 5.980,00 |
| Espinafre | MOLHO | Sul Ecológica | 1,42 | 1000 | 1.420,00 |
| Feijão preto tipo 1 | KG | COOPAR | 2,20 | 2600 | 5.720,00 |
| Laranja | KG | Sul Ecológica | 1,05 | 2000 | 2.100,00 |
| Leite em pó integral | PCT 1KG | COOPAR | 12,00 | 2000 | 24.000,00 |
| Mel de abelhas | POTE 500g | COOPAR | 16,00 | 520 | 8.320,00 |
| Ovos | DZ | Sul Ecológica | 2,98 | 1950 | 5.811,00 |
| Peito de Frango | KG | Cosulati | 5,48 | 1075 | 5.891,00 |
| Repolho | KG | Sul Ecológica | 0,76 | 2800 | 2.128,00 |
| Suco concentrado | LT | Sul Ecológica | 7,30 | 1000 | 7.300,00 |
| Tempero verde | MOLHO | Sul Ecológica | 0,75 | 2800 | 2.100,00 |
| | | | | TOTAL= | 134.030,50 |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do relatório anual de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Setor de Alimentação Escolar, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, 2012.

7. Considerações Finais

Foi observado que a gestão do PNAE em São Lourenço do Sul preza pela qualidade dos gêneros alimentícios adquiridos, devido à presença diária de frutas, verduras e legumes nas refeições dos escolares. Ainda, observa-se todo um controle de qualidade dos produtos desde a sua descrição para compra até sua distribuição aos comensais. Em relação às compras da agricultura familiar, o município estudado destaca-se pelo seu empreendedorismo, com início das compras da AF no ano de 2006, e atingindo em 2011 um percentual de 40,3 % de compras com recursos do FNDE, destinados à alimentação escolar, e 24,3 % dos recursos próprios, para a mesma compra.

Assim, na avaliação da experiência que a eficiência no que diz respeito à qualidade da alimentação e custo de aquisição, e a efetividade na extensão de atendimento do programa e volume de alimentos provenientes da agricultura familiar, considera-se como uma experiência bem sucedida na implementação das ações do PNAE, porém alguns aspectos, como maior adequação da produção a demanda de gêneros alimentícios ainda necessita ser mais aperfeiçoada.

Pode-se constatar também a grande contribuição que a Agricultura Familiar e o mercado do PNAE têm dado para a economia local, pois com a venda para a alimentação escolar os recursos públicos acabam sendo injetados no município impulsionando a economia local. A partir dessas experiências exitosas em relação à venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a merenda dos escolares, cada vez mais os pequenos agricultores mais passam a ser encorajados a investir nesse mercado, aumentando a sua produção e qualificando cada vez mais seus produtos. E ainda atrai novos agricultores a investirem em suas plantações, pois possuem maior segurança quanto a venda e recebimento dos recursos financeiros pagos pelos seus produtos com rapidez e eficiência, tendo a partir de então a alimentação escolar como um mercado garantido para a comercialização dos gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Já para a Alimentação Escolar observam-se vários benefícios, tais como alimentos saudáveis, frescos, saborosos, seguros, livres de agrotóxicos, e ainda o resgate aos hábitos alimentares locais, fortalecendo os laços entre alimentação, cultura e a comunidade local.

Dessa forma, destaca-se que a análise da experiência na implementação do PNAE, e das políticas públicas no geral, torna-se muito importante, pois possibilita uma avaliação de suas ações e assim traçar melhorias na sua execução.

8. Referências:

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. [Nutritional transition in Brazil: geographic and temporal trends]. **Cad Saude Publica**, v.19 Suppl 1, p.S181-91. 2003.

BELIK, Walter and CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr.** [online]. 2009, vol.22, n.5, pp. 595-607. ISSN 1415-5273.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil art. 208 inciso VII.** Alimentação escolar como dever do estado. Brasília: Senado Federal; 1988.

BRASIL. Poder Legislativo. Lei nº 8913, de 12 julho de 1994. Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar. **Diário Oficial da União**; 1994.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Análise da estratégia global para a alimentação saudável, atividade física e saúde.** 49 p. 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira Brasília: MS,** 2005. 210 p.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **VIGITEL BRASIL 2006: vigilância de fatores de risco para doenças crônicas por inquérito telefônico.** Brasília: MS, 2007. 92 p.

CORRÊA, E S. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: Um canal de comercialização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas.** Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio Grande do Sul, 2011.

CHAVES, L. G.; BRITO, R. R.; TEIXEIRA, R. M.; MUSTAFA, V. S. Programa Nacional de Alimentação Escolar: compromisso com a saúde pública. **Nutr. Prof.**, v. 3, n. 12, p. 22-27, 2007.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO [Internet]. Dados Estatísticos PNAE [acesso 2010 out 20]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-dados-estatisticos>

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO [Internet]. Resolução nº 38/2009 [acesso 2010 out 20]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. História da Alimentação Escolar. [acesso 2012 fev 20]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae> . Brasília, 2012.

GOMES A. **Indicador da qualidade da alimentação em mulheres nos diferentes estratos sociais. [Dissertação para obtenção do grau de mestre].**São Paulo: Universidade de São Paulo; 2003

LEVY-COSTA, R. B., *et al.* [Household food availability in Brazil: distribution and trends (1974-2003)]. **Rev Saude Publica**, v.39, n.4, p.530-40, Aug. 2005.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Jundurian, MAC; Belik, W. **Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo.**, Secretaria da Agricultura Familiar; Instituto Via Pública. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

MONDINI, L.; MONTEIRO, C. A. [Changes in the diet pattern of the Brazilian urban population (1962-1988)]. **Rev Saude Publica**, v.28, n.6, p.433-9, Dec. 1994.

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; COSTA, R. B. [Changes in composition and appropriate nutrition of family diet in the metropolitan areas of Brazil (1988-1996)]. **Rev Saude Publica**, v.34, n.3, p.251-8, Jun. 2000.

NEUTZLING, M. B., *et al.* [Frequency of high-fat and low-fiber diets among adolescents]. **Rev Saude Publica**, v.41, n.3, p.336-42, Jun. 2007.

OLIVEIRA, R V. **Auditoria operacional: uma nova ótica dos tribunais de contas auditarem a gestão pública, sob o prisma da eficiência, economicidade, eficácia e efetividade, e o desafio de sua consolidação no tce/rj.** Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa Centro de Formação Acadêmico e Pesquisa. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. 2008

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Informe sobre la salud en el mundo 2002: Reducir los riesgos y promover una vida sana.** Organización Mundial de la Salud. Ginebra, 2002.

PEIXINHO, A.; BALABAN, D. S. Direito humano à alimentação adequada. **Nutr. Prof.**, v. 3, n. 12, p. 28-34, 2007.

POPKIN MB. Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with noncommunicable diseases. **Am J Clin Nutr** 2006;84:289-98.

ROUQUAYROL, M.; FILHO NA. **Epidemiologia e Saúde** 6ed:Guanabarra Koogan, 2003. 289 p.

RUA, M. G. Políticas públicas / Maria das Graças Rua. – Florianópolis : **Departamento de Ciências da Administração / UFSC**; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 130p. : il.

SPINELLI, MAS, Canesquini AM. O programa de alimentação escolar no estado do Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 – 1995). **Ver. Nutr.** 2002, 15(1): 105-17.

STEFANINI MLR. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança [tese].** São Paulo: Universidade de São Paulo: 1998.

STURION, GL. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros [tese].** Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2002.

WHO, *et al.* Diet Nutrition and the Prevention of chronic diseases: report of a joint WHO/FAO WHO expert consultation. **Geneva: WHO Technical Report Series**, 916, 2003. 149 p.